

Iana dos Santos Vasconcelos<sup>1</sup>

Igor José de Renó Machado<sup>2</sup>

## **Resumo**

Em meados de 2016 com a chegada significativa de venezuelanos em Boa Vista-RR, criaram-se espaços de interlocução sobre o impacto desse deslocamento no cenário local. Instituições de ensino e pesquisa, organismos internacionais, instituições religiosas, organizações governamentais e não governamentais são partes envolvidas em controvérsias a respeito dos significados que adjetivam a condição dos/as recém-chegados/as. Existem grupos empenhados em oferecer acolhimento, enquanto outros defendem a expulsão dos forasteiros e fechamento das fronteiras. Entre aqueles dedicados ao acolhimento, destacamos as preocupações com o estabelecimento de categorias sobre quem são essas pessoas e que qualidade jurídica lhes deve ser atribuída. Em 2018, o governo federal, omissos nos primeiros momentos, lança mão das forças armadas para administrar abrigos e a gestão do fluxo de venezuelano/as. Por um lado, os militares pretendem aprimorar a institucionalização do acolhimento; por outro, levantam-se críticas a respeito do tratamento dispensado aos abrigados e também aos colaboradores não governamentais. Nossa apresentação tem por objetivo refletir sobre a complexidade deste cenário no qual estão emaranhados diferentes pontos de vista dos quais dependem a vida de milhares de pessoas. Pretendemos discutir quais políticas circunscrevem as novas práticas militarizadas, quais critérios legais sustentam esse processo que podemos ver como uma espécie de teste pedagógico de intervenção militar na gestão da migração e quais as implicações desse processo para as políticas migratórias no Brasil?.

Palavras-chaves: Descolamento, venezuelanos/as, Boa Vista, acolhimento, controvérsias

## **Introdução:**

Ufanismos à parte, o presente artigo tem como objetivo central oferecer um panorama sobre aspectos da participação do Exército Brasileiro no serviço de acolhimento aos imigrantes e solicitantes de refúgio venezuelanos que chegam ao Brasil pelo estado de Roraima. O pano de fundo é a crise econômica e política da Venezuela que vem provocando a emigração de cidadãos daquele país com destino aos países vizinhos<sup>3</sup>. O cenário mobiliza homens solteiros, mulheres solteiras, famílias com filhos, pessoas adultas, jovens e idosas, além de populações indígenas e indivíduos com deficiência. No intuito de amortecer os múltiplos efeitos da chegada numerosa dos estrangeiros na unidade federativa com a menor população do Brasil, o Governo Federal acionou as forças armadas, repassando recursos para que fossem criadas estruturas temporárias de alojamento, alimentação e cuidados com a saúde.

---

1                   Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista FAPESP proc. n.2016/14055-0.

2                   Professor do Departamento de Ciências Sociais, UFSCar.

3                   Sobre a crise venezuelana e as dificuldades dos venezuelanos no Brasil, ver VASCONCELOS, 2018.

Nesse contexto foi lançada a chamada “Operação Acolhida”. Desde o ponto de vista dos militares brasileiros com quem pudemos conversar e entrevistar, a Operação Acolhida é uma atividade de “ajuda humanitária”, inédita para o Exército brasileiro. Nas palavras do Capitão Q. :

Fica para mim um ar de esperança em dias melhores para cada venezuelano que chega ao Brasil. Tenho a certeza de que transformações em minha vida foram provocadas por essa experiência vivida e que vou aplicar para o resto de minha vida. De ver o outro de modo similar, ali vi que não adianta ser doutor ou pedreiro, não existe diferenças que sobrevivam a uma crise humanitária e isso me faz pensar sobre valores de toda a ordem.

Nesse sentido, o Estado exerce a sua hospitalidade por meio do estabelecimento de uma distância fundamental entre anfitrião e hóspede, no caso, entre brasileiros e venezuelanos. O Estado estabelece uma visão excludente do espaço público: certos indivíduos são de imediato classificados como “estrangeiros”, de fora, alienígenas, desprovidos dos direitos de que se beneficiam os membros da nação (SANTOS, 2017: 383). O imigrante pode, ainda, ser recebido enquanto um hóspede “desejável” ou “indesejável”. No contexto atual de Boa Vista, observa-se uma certa seletividade que perpassa questões além da nacionalidade como gênero, classe social, étnico-raciais, etc. De acordo com Eduardo Domenech (2015: 27), o que vem ocorrendo atualmente não é a mobilidade internacional, mas o estabelecimento de novos critérios de exclusão e discriminação e a reconfiguração de antigos jargões que legitimam o controle migratório, como a relação “entre migração e a noção de segurança” e o recurso ao “discurso humanitário”.

São distintas maneiras de exclusão e expulsão para novos ‘indesejáveis’. No contexto da Operação Acolhida, vemos uma certa política de higienização dos espaços públicos por meio da retirada dos venezuelanos. Antes ocupando praças, ruas, canteiros de avenidas, terrenos baldios, prédios abandonados, a maior parte dos venezuelanos agora se encontra concentrada em onze abrigos espalhados pela capital roraimense e dois em Pacaraima (cerca de 214 km da capital), na fronteira com a Venezuela. O problema, ao que parece, é que os venezuelanos não têm ampla simpatia da população local. Os brasileiros, nesse caso, vêm demonstrando um não reconhecimento de qualquer vínculo ético-moral com essa alteridade justificando a tentativa de varrê-los para longe dos olhos (BUTLER, 2011).

Do ponto de vista metodológico, o artigo foi elaborado com base em visitas aos abrigos em Boa Vista e Pacaraima bem como entrevistas com militares brasileiros, venezuelanos abrigados e agentes de organizações não governamentais, sobretudo religiosos. Agradecemos especialmente a colaboração da Pastoral Universitária que possibilitou a primeira entrada nos abrigos. Vale dizer que não experimentamos dificuldades impostas pelo Exército para ingressar nos abrigos e entrevistar os militares. Fomos monitorados por eles, talvez investigados pela inteligência da instituição, mas não fomos impedidos de realizar a pesquisa. Alguns oficiais, inclusive, tornaram possível a livre entrevista com venezuelanos abrigados. É importante salientar que os agentes de

Organizações Internacionais foram aqueles que impuseram as maiores barreiras para o acesso aos imigrantes, como se tivessem um direito de tutela sobre os solicitantes de refúgio<sup>4</sup>.

O artigo está dividido em quatro partes: (i) uma reflexão sobre a questão da securitização; (ii) a gestão dos abrigos gerenciados pelas forças armadas; (iii) as relações pessoais entre militares e venezuelanos; e (iv) a impressão das entidades não governamentais sobre a militarização do acolhimento. Por fim, cabe uma reflexão sobre o papel das Forças Armadas brasileiras e dos militares nesse processo. Se, por um lado, existem críticas a respeito da falta de competência da instituição militar para cumprir os anseios de um acolhimento humanitário; por outro, fica evidente que as Forças Armadas colaboraram sobremaneira com a organização logística das políticas de acolhimento em Roraima e que as relações pessoais estabelecidas no contexto da Operação desnudam um aspecto humano geralmente invisibilizado pelas patentes e pela farda.

## **Securitização**

Ações tidas como humanitárias têm sido, nas últimas décadas, os elementos de justificativa para o avanço de políticas de securitização. Os trabalhos de Feldman-Bianco (2015), Piscitelli e Lovenkron (2015) e o de Dias (2014) indicam como determinadas injunções humanitárias, como o caso do combate ao tráfico de pessoas por exemplo, são utilizadas para efetuar o controle do deslocamento de sujeitos “indesejáveis”, ao mesmo tempo em que se afirma um discurso moralizante anti-prostituição e humanitário. De uma tacada, evita-se a entrada de estrangeiros sob a égide moral do perigo da prostituição e também se retira do país estrangeiros ligados à prostituição, mesmo que voluntária, sob o título de “ações humanitárias”. São movimentos contemporâneos de higienização social, amparados legalmente em noções humanitárias.

Outro lado contemporâneo da ação humanitária como um mecanismo de higienização social são os campos de refugiados ao redor do mundo. Lugares de exceção variada, de isolamento e contenção de estrangeiros: lugares que tentam impedir o fluxo de pessoas de formas diferenciadas. Assim como as políticas humanitárias que escondem intenções de securitização, os campos de refugiados são controlados a partir de discursos humanitários que servem, ao fim e ao cabo, como afirmam vários autores, para produzir exclusão e contenção da diferença. Fassin (2007), Agier (2008) e Agamben (2002) são alguns dos autores que refletem sobre o lugar do campo de refugiados, a partir de contextos diferentes. O campo de refugiados aparecer tanto como lugar de exceção quanto como um lugar de diferenciação em relação ao seu entorno, seja espacial ou legalmente. Desde uma perspectiva que os despolitiza (Agamben 2002) até uma antropologia

---

4 Nossa presença e curiosidade antropológica em um abrigo foram questionadas por uma agente da cooperação internacional que nem brasileira era.

propriamente política dos refugiados (Malkki 1995), no que se refere ao próprio campo de refugiados, há uma concordância quanto ao seu caráter de separação do mundo “normal”. Lugar onde as regras são diferentes, onde as leis são diferentes.

Há uma constante despolitização dos refugiados (Agier 2010), construída a partir das entidades de intervenção humanitária, mas há espaços para uma produção de resistência pelos sujeitos refugiados. Há portanto, ambiguidades presentes nesses espaços, como destaca Rancière (2004): biopoder desumanizador versus a capacidade de resistência a essa desumanização. Mas há a tendência, nesses espaços, de que os direitos humanos passem a ser vistos como “direitos humanitários”, ou seja, o direito de ser administrado por uma política humanitária. Um direito de ser tutelado e ocasionalmente expulso ou permanentemente mantido nos espaços de exceção dos campos de refugiados.

No Brasil, tanto a nova lei de migrações, oficialmente articulada sob a égide dos direitos humanos, como as políticas de regulação do refúgio, seguem cada vez mais a mesma lógica de securitização e higienização. Veremos aqui, a partir do caso do gerenciamento dos refugiados/solicitantes de refúgio/imigrantes venezuelanos, como as políticas brasileiras avançam ainda mais no sentido de constituição do conjunto de estrangeiros como um lugar de desconfiança, de necessidade de controle de segurança, higienização e saúde. O gerenciamento do refúgio no Brasil é, em geral, terceirizado para entidades não governamentais, com financiamentos do governo brasileiro ou de entidades internacionais como a ACNUR. Isso significou, aparentemente, uma recusa ao modelo do campo de refugiados, em troca de um gerenciamento tercerizado. Ainda que autores como Perin (2013) indiquem que a profusão de processos burocráticos a que estão sujeitos permita a ideia de um “campo de refugiados sem cerca”, dada a forma como a exigência dessa documentação acaba por limitar a mobilidade desses refugiados, temos um cenário onde formalmente a liberdade de refugiados não é delimitada (Moreira 2012).

Entretanto, a experiência da militarização do gerenciamento dos refugiados em Roraima apresenta uma mudança na política brasileira de refúgio, apontando para uma aproximação ao modelo de campo de refugiados aplicado mundo afora. Embora não sejam campos de refugiados *stricto sensu*, há uma série de aproximações que podemos realizar com os exemplos narrados pelos autores acima, indicando a constituição de um modelo híbrido de campo de refugiados sob a figura dos abrigos administrados pelos militares em Roraima. Isso tem implicações óbvias para um reforço na perspectiva de gerenciamento dos estrangeiros a partir de uma política de securitização, sob a égide do medo, da ameaça e da desconfiança.

## **Gestão e organização militar dos abrigos de migrantes venezuelanos em Boa Vista Roraima**

Em setembro de 2018 Boa Vista sediava um total de onze equipamentos para alojar os venezuelanos. Deste total, dez unidades contavam com a participação ativa de homens das Forças Armadas brasileiras e apenas uma unidade era gerida exclusivamente por uma fraternidade religiosa (embora uma equipe de militares marcasse presença no local). Aqueles que contavam com os serviços dos militares procuravam seguir as diretrizes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e foram chamados de “abrigos”. O outro, sob responsabilidade da entidade “Fraternidade Sem Fronteiras”, era tratado por “centro de acolhimento”, numa demonstração clara de distanciamento entre os dois métodos de acolhida. Dentre os dez abrigos “militarizados”, apenas dois eram geridos exclusivamente pelas Forças Armadas; os demais eram geridos em parceria com entidades não governamentais religiosas e laicas – cooperação mediada pelo ACNUR.

Cada abrigo é composto por uma equipe de cerca de oito militares. Essa equipe é dividida em dois subgrupos que eu pude identificar: (i) aqueles que vieram de fora, composto por dois oficiais e dois graduados que ficam permanentemente nos abrigos e (ii) militares “locais”, ou seja, pessoas que já serviam no estado de Roraima, composto por um cabo e dois soldados. Aos de fora estavam destinadas as funções ligadas a uma espécie de coordenação, exercida por sargentos e oficiais (tenentes, capitães, majores e tenentes-coronéis). Os “roraimenses”, por sua vez, soldados em sua maioria, ficaram responsáveis por executar funções de controle da identificação de saída e entrada nos abrigos, bem como tarefas operacionais, tais quais distribuição de comida e armazenagem dos pertences dos abrigados.

Os diferentes abrigos são classificados em segmentos: abrigos para homens solteiros; abrigos para famílias com crianças; abrigos para casais sem filhos, mulheres e público GLBTT; e abrigo para indígenas. Os abrigos são equipados com barracas de camping individual, barracas de casal, camas beliche para solteiros e barracas para seis pessoas que alojam cerca de duas famílias cada. O fornecimento de comida é de responsabilidade das Forças Armadas. As marmitas são preparadas no rancho do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (também sede do Comando de Fronteira Roraima), 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva- GAC e na Base Aérea de Boa Vista (7a ALA) e levadas diariamente até os abrigos. A exceção dessa regra é o abrigo destinado aos indígenas, no qual foi construída estrutura para elaboração de alimentos com fogões à lenha para cada família e espaço para fogueiras. À guisa de comparação, no “centro de acolhimento” da Fraternidade Sem Fronteiras a comida fornecida pelo Governo Federal (distribuída pelo Exército) é preparada pelos próprios abrigados.

A segurança dos abrigos é realizada pela Polícia do Exército (P.E.) que promove rondas constantes entre todos os onze equipamentos. Existe monitoramento por câmeras em todos os abrigos. Pudemos testemunhar que a P.E. procura zelar por uma certa higienização dos arredores dos abrigos, atendendo demanda das vizinhanças. Os abrigados são “orientados” a não manter aglomerações nas imediações dos abrigos e a P.E. passa de tempo em tempo, mandando o pessoal circular ou entrar, além de fazer revistas aleatórias. Pode-se dizer que existe uma certa desproporção no uso da força policial especial do Exército, armada como se estivesse preparada para uma escaramuça. O controle militar dos arredores dos abrigos é reforçado pela cooperação com a “Força Nacional” e o Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado de Roraima- BOPE/ PMRR. Os venezuelanos, por sua vez, temem a truculência dos agentes de controle nas ruas, se incomodam com as câmeras de vigilância e as restrições de vestuário (no calor de Boa Vista, homens não podem andar sem camisa e mulheres não podem usar roupas curtas) e se ressentem da proibição de permanecer nas portas dos abrigos, situações que lhes remetem à ideia de uma prisão. Ou seja, o abrigo exige uma certa moralidade no comportamento e visual, de alguma forma similar às experiências de vida dentro de uma vila militar, como as destacadas por Silva (2016). Com exceção à limitação da mobilidade, que afeta diretamente a vida dos refugiados venezuelanos e se aproxima da perspectiva prisional característica de campos de refugiados.

Os militares, quando indagados pela população local sobre supostos benefícios oferecidos aos venezuelanos (abrigo, comida e remédios), fazem questão de esclarecer um ponto um tanto quanto delicado dessa ação de acolhimento. Não se trata, para o militar brasileiro, de prover bem-estar aos venezuelanos senão garantir, primeiramente, o bem-estar da população brasileira de Roraima. Fazem isso retirando os venezuelanos dos espaços públicos como praças, ruas, calçadas, canteiros de avenidas, terrenos baldios e prédios abandonados; e alojando toda essa população de rua em locais fechados, com hora para sair e voltar.

O emprego da força é legitimado pelo decreto presidencial nº 9.483<sup>5</sup> de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) que confere poder de polícia às forças armadas. Publicado inicialmente em 29 de agosto de 2018, estava limitado à cidade fronteiriça de Pacaraima e fora motivado pela investida violenta de brasileiros contra um acampamento improvisado de venezuelanos à beira da estrada, queimando barracas, destruindo pertences dos imigrantes e forçando a travessia de retorno ao país de origem. O caso foi fartamente noticiado pela imprensa nacional e internacional como sendo a resposta da população local a um crime supostamente cometido por venezuelanos (até o momento, sem comprovação). O decreto foi reeditado em 12 de setembro de 2018, por meio do decreto presidencial nº 9.501 ampliando o escopo de atuação dos militares para a proteção das instalações

de acolhimento também na capital Boa Vista. Desta feita, a justificativa foram duas mortes ocorridas nas imediações de um abrigo. O roubo de uma lata de sardinha teria motivado a perseguição de um venezuelano por um grupo de brasileiros. Em luta corporal, o venezuelano esfaqueou um brasileiro (que faleceu) e, na sequência, foi espancado até a morte pelos demais. No final de outubro, foi publicado novo decreto (9.543 de 29/10/2018) renovando o prazo até o fim do ano.

Dentro dos abrigos pudemos observar uma certa hierarquia envolvendo também os venezuelanos. Existem “delegados” ou “colaboradores” entre as pessoas abrigadas. Eles e elas têm a atribuição de mediar as relações entre abrigados e gestores bem como zelar pelo cumprimento das regras e organizar tarefas de limpeza e filas para distribuição de comida, por exemplo. Essas pessoas são, de certa forma, empoderadas pela condição de realizar essas mediações. Distribuem desigualmente os alimentos e doações conforme conveniências pessoais. E não foram poucas as queixas de venezuelanos sobre o exercício autoritário da função de liderança. Até mesmo a permanência no abrigo pode ser colocada em risco caso a pessoa se desentenda com um desses “delegados”.

O termo “delegado” remete ao modelo de acolhimento do ACNUR, implantado mundialmente. De acordo com o Tenente A.: *“esse termo delegado foi tentado ser implementado pelo pessoal da ONU, mas não foi para frente. Chegaram aqui e chamaram algumas lideranças e fizeram uma reunião. Depois não apareceram mais”*. O tenente diz que prefere chamar de “colaboradores”, aos quais oferece incentivos e benefícios tais como alimentação extra e kits de higiene em troca dos serviços. Sejam “colaboradores” ou “delegados”, ocupam lugar privilegiado na organização interna dos abrigos. Trata-se de uma hierarquia de função, como explicou-me o Tenente V. Diferente da hierarquia das patentes militares, numa hierarquia de função a pessoa *está* no cargo de chefia com caráter temporal e situacional. Na hierarquia das patentes a pessoa *é* capitão ou major ou general, independente da função momentaneamente exercida: o capitão *está* coordenador de um abrigo; amanhã pode exercer outra função e continuará sendo um capitão.

Os militares enviados a Roraima para participar da “Operação Acolhida” obedecem a uma espécie de rodízio. A cada 120 dias a equipe é trocada. Sendo que deste total, a cada 40 dias ininterruptos eles têm 10 dias de folga para visitar a sua família no local onde estão destacados. Esses militares são recrutados voluntariamente de diferentes partes do país<sup>6</sup>. Na ocasião da pesquisa os que estavam em Roraima eram predominantemente da região sul. Eles foram antecidos por militares que vieram da região sudeste. Esse rodízio é motivado pela experiência prévia das Forças Armadas brasileiras com a missão de paz no Haiti. Na ocasião, foi constatado

---

6

Não é o objetivo deste artigo discutir as motivações pessoais e/ou benefícios financeiros que levam cada militar a se inscrever na missão.

que a extensão do período de serviço na convivência com pessoas em situação de vulnerabilidade implica uma certa desestabilização emocional do militar. Foi destacado nas entrevistas com os oficiais mais experientes uma preocupação com o PINO, sigla que representa diferentes fases emocionais desenvolvidas pelo indivíduo no contato prolongado com a vulnerabilidade alheia, a saber: Pena, Indiferença, Nojo e Ódio. Voltaremos a esse ponto na próxima sessão.

A chamada “Operação Acolhida” é um serviço inédito do ponto de vista do Exército brasileiro. Trata-se de atividade não convencional que não faz parte da doutrina, do esquema e da formação desses militares. Ela não se caracteriza nem como uma operação de manutenção da paz e nem como uma intervenção em catástrofes, missões consideradas pelo cientista político Pion-Berlin (2012, p.628-630) como os dois melhores cenários para atuação de militares para além de seu compromisso com a “defesa”, isto porque seriam geradoras de simpatia entre os cidadãos. Ao contrário, embora nomeada pelos militares como “ajuda humanitária”, sua presença em Boa Vista divide as opiniões. Há quem reconheça positivamente o trabalho de retirada dos venezuelanos das ruas da cidade e organização dos abrigos (higienização); por outro lado, existem aqueles que protestam contra a oferta de um atendimento diferenciado aos imigrantes (assistência médica, refeições diárias, alojamento), enquanto a população local também tem suas carências.

A Operação Acolhida pode ser categorizada enquanto uma “ação cívica”, ou seja, “missões de boa vontade que dão crédito às forças armadas junto à sociedade” (PION-BERLIN, 2012: 638). Pion-Berlin argumenta que essas missões, de um lado, podem se desenvolver num curto prazo, ou, de outro, podem exigir o engajamento em projetos de desenvolvimento a longo prazo. Ações de curto prazo atendem a emergências tanto ambientais (terremotos, inundações etc.) quanto antropogênicas (miséria, guerras, perseguições políticas, etc.). Projetos de ação cívica a longo prazo incluem construções de infraestrutura como escolas, hospitais, estradas, pontes etc. As ações cívicas são voltadas para diferentes áreas como saúde (unidades médicas móveis), educação (formação técnica), construção de habitações, infraestrutura (estradas, pontes, etc.), e assistência ao desenvolvimento econômico (projetos agrícolas). De modo geral, são empreendimentos de baixo risco para os militares que recebem dividendos pela atuação fora de sua função convencional. Além disso, do ponto de vista do Comando central, as ações cívicas ou “ajuda humanitária” são úteis para justificar o aumento dos orçamentos militares. Também há algum custo a pagar nessas missões, como a redução do tempo dedicado ao treinamento de combate e à preparação da defesa.

A religiosa responsável pela Caritas Arquidiocesana em Roraima alerta que, no caso da Operação Acolhida, estamos lidando com uma missão de curto prazo que não tem como objetivo legar qualquer estrutura permanente para o estado de Roraima. Este é um aspecto que vem a deteriorar a imagem dos militares perante seus parceiros civis nos serviços de acolhimento, bem



como uma crítica à falta de compromisso por parte das autoridades locais perante a situação dos venezuelanos. Tanto do ponto de vista das entidades religiosas como laicas, quando as forças armadas forem embora levaram consigo todo o suporte material que atualmente garante uma acolhida mínima aos imigrantes e solicitantes de refúgio. Mas é evidente que o caráter provisório dos abrigos, associado à política de “internalização” dos refugiados correspondem à vontade de eliminação do problema em Roraima, como se fosse possível limpar a cidade e o Estado da presença dos refugiados.

### **Estranhamento e empatia entre militares e migrantes**

Em comparação com as operações realizadas no Haiti, militares mais experientes observaram que na gestão dos abrigos eles estabelecem maior convívio pessoal com o que seria o “público alvo” da missão. No Haiti, o foco era a defesa, a proteção de funcionários das agências internacionais – não havia espaço para interação com os haitianos. Em Boa Vista estão em contato direto com os imigrantes dentro dos abrigos, desenvolvendo laços de solidariedade e empatia para com as agruras dos venezuelanos. As relações pessoais, inclusive, ocasionam a transgressão de alguns regulamentos das instalações como “não levar comida para fora do abrigo”, “não entrar após o horário limite”, “não comercializar produtos”, dentre outras regras que são “reinventadas” conforme o contexto. A história do Tenente A. é bastante ilustrativa:

Com os olhos marejados o Tenente A. apontou para a foto de uma família venezuelana no celular. Ele conta que se “apaixonou e fez tudo para ajudar”. Essa era a família do Sr. M., um abrigado com quem fez amizade no primeiro mês que chegou a Boa Vista. A convivência nas atividades cotidianas do abrigo permitiu que o Tenente A. conhecesse tanto a trajetória de vida do Sr. M. quanto o sofrimento e os obstáculos enfrentados por ele para manutenção familiar a distância. Na ocasião havia sido definido que por questões estruturais o abrigo coordenado pelo tenente A. não poderia receber crianças, apenas homens e mulheres solteiros/as. Certo dia o Sr. M. apareceu com a mulher e as duas filhas na frente do abrigo. Uma das meninas estava com febre e o braço engessado. Sensibilizado e contrariando as ordens dos superiores, o Tenente acolheu toda família. Não sem provocar situações imprevistas. Outras famílias apareceram pedindo abrigo, fato que expôs a atitude do tenente perante os responsáveis pela Operação.

Comunicando o ocorrido ao seu chefe imediato, deu-se uma nova tomada de decisão, desta vez de impacto mais amplo. O coronel mandou transferir a família de M. e todas as outras famílias requerentes para outro abrigo destinados a receber famílias. O número de vagas nos abrigos é restrito, logo qualquer decisão de remanejamento de pessoas implica uma propagação de novos ajustes e remanejamentos. Tudo começou porque o Tenente A. decidiu ajudar o seu amigo

venezuelano. Dentre as centenas de famílias separadas pelas regras de acolhimento, pode-se dizer que a família de M. teve uma trajetória privilegiada.

Não satisfeito em arrumar um teto temporário àquelas pessoas, Tenente A. mediou uma espécie de “interiorização antecipada”. Comprou passagem com recursos próprios e arrumou um trabalho para o Sr. M no interior de São Paulo. A viagem do pai de família foi antecipada tendo em vista não perder a oportunidade de emprego oferecida como caseiro em uma fazenda. Enquanto o amigo se estabelecia no novo trabalho o tenente A. tentava mandar sua família por meio do programa de interiorização patrocinado pelo governo federal. No momento da entrevista havia uma semana que a família do Sr. M. tinha viajado. O tenente A. e a família do Senhor M. trocam mensagens diárias por meio das mídias sociais e programam futuramente um encontro.

Um segmento do programa de interiorização dos venezuelanos é gerenciado pelas forças armadas (existe também o programa gerenciado pela ONU). Assim, a interiorização vem sendo manejada conforme as relações pessoais estabelecidas dentro dos abrigos. Responsáveis por elaborar as listas de quem vai e para onde vai, os militares não escondem o fato de darem preferência aos seus amigos para destinos próximos de suas próprias residências, indicando um desejo de prolongamento das relações para além do acolhimento institucional. A flexibilização dos regulamentos em nome das relações pessoais não se limita à ajuda financeira e ao apoio para viajar. O Tenente A. também contou que os venezuelanos vão e vem dos abrigos com a missão de levar alimentos aos parentes na Venezuela. As saídas com os fardos de comida provocam situações inusitadas como pegar emprestado o carro de mão do abrigo para levar os volumes até a parada de ônibus. Alguém que não vai viajar traz a ferramenta de volta. O abrigo como ponto de apoio manifesta a vontade de não sair de Roraima de parte dos/as migrantes, pois sabem que isso implicará em ficar ainda mais distante da família na Venezuela, impedindo visitas periódicas e o envio pessoal de remessas.

Com o processo de interiorização o abrigo virou uma tática migratória para agilizar a saída do estado de Roraima. Isso ficou nítido quando durante as visitas aos abrigos encontrei o senhor R., interlocutor que venho acompanhando desde 2016. Ficamos bastante surpresos ao encontrá-lo no abrigo destinado a homens solteiros, pois sabíamos que o Sr. R. havia trazido os dois filhos, as noras e netos para morar com ele. Mais tarde o próprio Sr. R. confidenciou que tem contato diário com um filho e a nora, mas resolveu ir dormir no abrigo na esperança de conseguir viajar para o sul do país.

As relações estabelecidas no interior dos abrigos, contudo, são limitadas pelo tempo máximo de permanência dos militares, que é de noventa dias. Segundo o Tenente A.: “*Noventa dias é bom. Mais que noventa dias a pessoa vai se envolver muito com a missão. As vezes a pessoa começa a se cansar e se não tiver área de escape começa a ficar revoltado*”. O Capitão Q., por sua

vez, enfatiza que esta é uma diretriz da instituição baseada em critérios acadêmicos: “*Existem estudos que demonstram que o militar mais que esse período começa a adquirir stress pós-traumático devido à situação de impotência*”. As falas do Tenente e do Capitão realçam a preocupação com o aspecto psicológico dos militares nesse tipo de “ação civil” e/ou “ajuda humanitária”.

As transformações psíquicas dos militares foram sintetizadas inicialmente pelo Tenente Coronel B., por meio da sigla PINO, que descreve assim os quatro estágios emocionais pelos quais os militares atravessam em contato com o sofrimento alheio:

- *Pena*: é o sintoma do primeiro contato com as dificuldades do outro. Nesta fase, o militar se apieda das condições de vida da pessoa e tende a se envolver pessoalmente para atender as diferentes demandas, como o fez o Tenente A. no caso da família enviada para São Paulo;
- *Indiferença*: nesse estágio, a repetição das situações de sofrimento alheio já não mais provoca a piedade, porém ainda não produz nenhuma reação negativa;
- *Nojo*: aqui começam os problemas. A reação positiva inicial, transformada em indiferença, agora produz reações que demonstram um certo desgaste perante a repetição de situações que expõem as fraquezas e necessidades humanas. O Tenente V. foi quem confidenciou: “*não aguento mais ouvir os problemas deles*”;
- *Ódio*: antes que este aflore, ou seja, antes de “*dar o PINO*”, a pessoa deve ser mandada de volta para casa.

Mirando, agora, a posição dos venezuelanos sobre seus abrigadores, vemos que existe reciprocidade nas relações de amizade. A primeira impressão de homens e mulheres a respeito dos militares brasileiros é bastante positiva, tendo em vista a comparação que eles/elas fazem com a postura dos militares da Guarda Nacional de seu país. Não se pode olvidar o fato de que a Venezuela vive um processo de militarização e a referência das forças armadas por parte dos venezuelanos é tão ruim que eles/elas ficam impressionados com o tratamento oferecido pelos militares brasileiros, que não costumam agredir física e verbalmente as pessoas dentro do abrigo. Pudemos notar que existe gratidão por parte dos venezuelanos em relação aos gestores dos abrigos. Mesmo reclamando da comida repetitiva e do tratamento truculento recebido ao lado de fora, os venezuelanos enfatizam suas relações de amizade com aqueles militares com quem convivem diariamente. Importante frisar que não se trata de uma generalização, porém casos específicos de relações interpessoais.

A venezuelana Alba, coordenadora do centro de acolhimento da fraternidade internacional, conta que chegou a chorar quando soube que teria que trabalhar ao lado de militares, uma vez que

sua referência eram os militares venezuelanos. Para sua surpresa, a postura dos militares brasileiros nesta “ação civil” em nada se parecia com aquele imaginário que ela havia acionado com base na Guarda Nacional bolivariana. No lugar de uma postura interventora, diz ter ganhado colaboradores. Ela narrou algumas situações de um militar específico que jogava bola com as crianças, conversava com os adultos e, ao final de sua estadia, foi saudado com uma festa por parte de um grupo de abrigados. Ela destaca que *“aprendi muito com o Exército Brasileiro. Não digo o Exército em geral, mas são os seres humanos dentro do Exército”*.

### **O olhar da sociedade civil ou a crítica de quem chegou primeiro**

A gestão imediata dos abrigos é realizada pelo Exército, contudo, os militares seguem as orientações oferecidas pelas instituições de cooperação internacional, mais experientes no assunto do acolhimento. Cabe aqui destacar a postura ardua e controladora dos agentes de Organizações Internacionais. Desconfiados da presença dos pesquisadores, erigem barreiras para realização da pesquisa. Pudemos notar um certo silêncio sobre a existência de uma indústria das migrações que movimentava salários e cargos, criando uma elite internacional em contextos de penúria social (SORENSEN, 2013; MENZ, 2013).

Tanto os militares quanto os agentes da cooperação internacional reproduzem de alguma forma um regime de “tutela” semelhante ao que existia no Brasil em relação aos povos indígenas. Nesse caso, existe uma “coisificação” do Outro que, em situação de dependência, é alienado de sua autonomia. Antes da chegada das Forças Armadas o acolhimento dos/as migrantes venezuelanos/as em Roraima era realizado predominantemente pela chamada Sociedade Civil Organizada (SCO) local, categoria ampla que reúne organizações não governamentais, igrejas, sindicatos e outros coletivos. O suporte logístico era provido precariamente pelo governo do estado. A SCO estava majoritariamente representada por entidades religiosas, que em parcerias com professores e alunos da UFRR e agências internacionais executavam ações de acolhida. Durante esse primeiro momento, foram criados espaços de articulações, mobilização e debates sobre o tema. O Comitê para Migrantes e Refugiados – COMIR – representava um desses espaços. O COMIR é composto por 40 entidades, das quais dez são pastorais sociais distribuídas pelos municípios de Roraima. As reuniões do COMIR eram realizadas periodicamente e subdivididas em Grupos de Trabalho organizados em temas específicos coordenados por agências internacionais e movimentos sociais, tais como trabalho, povos indígenas, mulheres e gênero, entre outros.

Em março de 2018, o início da Operação Acolhida foi marcado pela falta de interlocução com as ações preexistentes, de acordo com a religiosa representante da Cáritas em Roraima:

Quando o exército veio para cá, em março, não contaram com a gente para pensar junto e já começaram montando a estrutura e fazendo as coisas de cima para baixo (...) com a

operação acolhida houve uma concentração das informações e desmobilização da rede de acolhimento da sociedade civil organizada.

Na busca por diálogo, em maio do mesmo ano, mediado pelo ACNUR, a SCO começou a participar quinzenalmente das reuniões da Operação. No entanto, estas organizações não encontraram espaço para debate e reflexão das ações no âmbito da operação. Para o coordenador do Instituto de Migração e Direitos Humanos – IMDH – a pauta é sempre a mesma: abrigo, interiorização e documentação. É no momento dos informes que a SCO traz as críticas e sugestões para melhoria das ações. Mas, de modo geral, os representantes da SCO sentem-se pouco à vontade em trazer críticas e demandas relacionadas aos trabalhos executados na Operação Acolhida, especialmente pela forma na qual a reunião é conduzida e estruturada com a presença de muitas pessoas (média de cinquenta) e de autoridades militares.

O recurso do governo federal às Forças Armadas brasileiras também modificou a relação do ACNUR e das agências internacionais com a SCO local. Antes centrais para a execução das ações nos abrigos por meio da colaboração na captação de mão de obra voluntária, passaram a um papel menos preponderante nos espaços de interlocução e tomadas de decisões. A gestão dos abrigos é o *locus* privilegiado para se observar essa transformação: o acesso às instalações foi burocratizado, a presença monitorada e o contato com as pessoas passou a ser mediado pelos gestores dos abrigos. Organizações estrangeiras foram convidadas a assumir serviços antes oferecidos por grupos locais, e estes, percebendo um certo fechamento de portas, modificaram seu foco de atuação para priorizar os venezuelanos não abrigados. Existem, inclusive, indagações quanto à transparência na aplicação dos recursos. Apesar das reuniões quinzenais, *“não se sabe quanto foi gasto com o quê”*, desabafou uma religiosa.<sup>7</sup>

O problema desse fechamento está naquilo que o indigenista L. V. acusou de reprodução do modelo de “tutela”, tal qual praticado pelo Brasil em relação aos indígenas antes da Constituição de 1988 e praticado pela Venezuela no auge do governo Chavez. Segundo ele, tanto os órgãos governamentais como as organizações não governamentais internacionais que participam da gestão do abrigo destinado aos indígenas Warao, criam barreiras diversas para a comunicação com os abrigados, como se fossem sujeitos incapazes. As pessoas indicadas para falar são lideranças criadas no contexto do abrigo, confirmando as observações de pesquisa realizada em Manaus sobre os Warao e as políticas públicas de acolhimento (Silva et ali, 2018). Essas lideranças indicadas pelos gestores reproduzem um modelo de relações de dependência econômica e fidelidade política entre povos indígenas e Estado. Segundo o indigenista:

---

7 O governo Temer decretou, com a medida provisória nº 827, de 20 de novembro de 2018, por exemplo, o repasse de 75 milhões de reais ao ministério da defesa para assistência emergencial e “acolhimento humanitário” dos venezuelanos. Note-se que os que o que chamamos de campos de concentração híbridos recebem o nome de acolhimento humanitário. Note-se também que os recursos para essa assistência humanitária são centralizados pelas forças armadas.

Assim que o Exército ou o Governo Estadual "indique" os aydamos, estabeleça as normas e o controle, o sistema de organização social pode ser vivenciado por algumas destas famílias Warao do Abrigo como a réplica de uma relação já vivida anteriormente, e da qual extraem algum benefício concreto: neste caso, alimentação, remédios e proteção. O fato de que quase todas as relações do Estado venezuelano com os povos indígenas passavam, de uma ou outra forma, pelo Exército, pode dar elementos para tentar compreender como os Warao que vieram pra cá vivenciam agora a relação com o Exército brasileiro.

Essas relações que remetem à ideia de “tutela” não se restringem aos indígenas e podem ser estendidas para os não indígenas também. É possível ver no tratamento dispensado aos imigrantes e solicitantes de refúgio pelo Exército e Organizações Internacionais uma versão do modelo de “tutela” (presente também em campos de refugiados), no qual a autonomia dos/as abrigados/as é retirada em nome de uma suposta proteção. Outra entidade local, o Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH), também ligado à Igreja Católica, tem uma posição crítica em relação à militarização do serviço de acolhimento. A Irmã que coordena o CMDH salienta que o Governo Federal sinaliza claramente seu desrespeito à nova lei de migrações publicada em novembro de 2017. A militarização, segundo ela, é um retorno às formas anteriores de se lidar com a questão migratória, com ênfase sobre os temas de segurança e defesa. *“A nova lei do migrante deixa claro que o migrante não é uma ameaça ao Estado. Por que acionar ministério da defesa? Não há ameaça ao Estado”*. Ela aponta, ainda, a falta de articulação entre as diferentes esferas de poder, sugerindo que está ocorrendo uma disputa não pela oferta do acolhimento em si, mas pelo poder de manejar recursos federais e por um lugar de destaque diante dos holofotes.

Por fim, cabe destacar a reflexão proposta pela Irmã. Reconhecendo que estão realizando um bom trabalho, *“como bons soldados”* a cumprirem a responsabilidade que lhes foi confiada, ela sublinha o fato de que esta não é uma função para a qual os militares estejam preparados. Ela, então, se pergunta sobre uma condição paradoxal do ponto de vista das instituições e seus domínios: *“São soldados treinados para defesa e se transformaram em pessoas que trabalham com questões humanitárias. Traz uma certa interrogação, né? Um soldado humanitário? Soldado é para defesa. Acaba sendo uma exigência muito grande para eles”*.

## **Considerações finais**

Podemos dizer que o exemplo trazido nesse texto apresenta a fronteira como lugar de teste: um teste do controle de deslocamento, referente aos fantasmas de “perigo” desse mundo estrangeiro. Mas é também uma continuação de uma prática que começa no centro: o artifício de recorrer ao exército como polícia de gerenciamento das populações. O caso deriva, obviamente, da intervenção militar no Rio de Janeiro desde janeiro de 2018, mas relaciona-se ainda mais diretamente com outra intervenção, aquela do exército brasileiro no Haiti (2004/2017), de onde

experiências de gerenciamento do estresse dos soldados foram desenvolvidas e aplicadas ao caso dos refugiados venezuelanos. A questão da securitização e militarização como criadora de alvos específicos é destacada por Feldman-Bianco (2015), com destaque para os migrantes não documentados e prostitutas. Hirata (2015) destaca como as políticas de segurança ligadas às fronteiras no “arco norte” têm sido militarizadas a partir da presença das forças armadas no combate ao tráfico de drogas e à formação de “mercados ilegais” variados. O que vimos nesse texto é que a militarização do gerenciamento do fluxo de refugiados e imigrantes pode ser visto como uma extensão desse movimento, incorporando o deslocamento de pessoas na mesma lógica que opera na justificativa da presença do exército no combate aos mercados ilegais. O Enafron, por exemplo, esse plano que pretende intensificar o controle e fiscalização das fronteiras, parece ser o modelo de ação que se estende para o controle e fiscalização das pessoas em movimento, sempre sob a égide da ação humanitária. Criou-se, especificamente, uma categoria de “delitos transfronteiriços”, a qual o deslocamento de venezuelanos foi indexada. Violência, ilegalidades, perigos epidêmicos e toda sorte de vilanizações foram atrelados ao deslocamento de venezuelanos em Roraima, autorizando, justamente por meio da lógica securitária, a intervenção das forças armadas no gerenciamento e contenção desse movimento.

A contenção executada pelos militares relaciona-se também, e fundamentalmente, à questão da interiorização dos venezuelanos, essa política promovida pelos governos locais e agências internacionais presentes para retirar a concentração de venezuelanos de Roraima e “dissolver” a presença deles por todo o país. Até mesmo a SCO, que constituiu redes de apoio aos venezuelanos, passa a ser relevada no processo de constituição dos abrigos militares. A tensão está justamente entre a vontade dos governos locais de se livrar dos venezuelanos e a vontade dos próprios deslocados. Embora muitos queiram “se interiorizar”, como indica a pesquisa, muitos também não o querem. E não o querem justamente para poder comerciar com a Venezuela, operar como mochileiros de bens básicos (comida, higiene, remédios), e assim ajudar e sustentar familiares na Venezuela. Ou seja, há nessa movimentação algo de comércio, que indica a não fixação dos venezuelanos no Brasil, justamente por estarem num movimento de idas e vindas, como bem indicam os números.

Segundo relatório recente da ONU/OIM<sup>8</sup>, dos cerca de 85.000 venezuelanos no Brasil, 52% identifica-se como em fluxo, sem intenções de se estabelecer no Brasil. E parece que é justamente essa população “em fluxo” que não se interessa tanto pelos centros de acolhida gerenciados pelo exército, na medida em que eles claramente limitam a mobilidade de seus “internados”. Poderíamos dizer que à política de interiorização se relacionam as forças armadas, como forma de contenção e diluição do “perigo” dessa movimentação, ao passo que a vontade de fluxo e comércio

8 <https://nacoesunidas.org/onu-numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes>, acesso em 08/11/2018.

de parte dessa população aparece na chave dos comércios e mercados ilegais a serem combatidos (mesmo considerando o quanto esse mercado movimentava a economia local). Ou seja, poderíamos afirmar que o gerenciamento dessa população pelo exército é justamente um mecanismo de combate ao comércio transfronteiriço, visto na chave da ilegalidade. Ao mesmo tempo, com a alegoria da ação humanitária, temos um processo de controle e interiorização que, é preciso dizer, interessa também a muitos venezuelanos que pretendem se estabelecer no Brasil.

Os abrigos/campos de refugiados militares em Roraima, aparecem, portanto, mesmo em sua forma híbrida, como um avanço da securitização relacionada ao controle de populações, avanço esse narrado como uma ação humanitária. O cenário dessa experiência, portanto, pode ser pensada sob a mesma égide que preside uma série de movimentos políticos no Brasil contemporâneo: uma legislação de imigração conservadora disfarçada sob a rubrica dos direitos humanos, mas ainda preocupada com a questão da securitização; a experimentação crescente do uso das forças armadas como instrumento de contenção de perigos representados pelo comércio ilegal (seja em uma grande cidade como o Rio, ou numa pequena capital como Boa Vista); a administração militar do deslocamento populacional (seja nas favelas do Rio, nos bairros de Porto Príncipe ou na periferia de Boa Vista) e, por fim, o avanço de percepções preconceituosas e fantasmagóricas contra os estrangeiros no Brasil.

E ainda é preciso considerar o fato que todo esse barulho em torno da migração venezuelana no Brasil se colocar como um problema frente a um fluxo minúsculo, se comparado ao que está acontecendo na América do Sul. A Colômbia recebeu cerca de 1 milhão de refugiados venezuelanos, o Peru cerca de meio milhão, o Equador algo como 220 mil, Argentina, Chile e Panamá receberam mais refugiados que o Brasil. Nossa parte nesse drama venezuelano é de cerca de 2%.<sup>9</sup> O que, frente ao volume da população brasileira, é efetivamente um número minúsculo e certamente muito menor do que o número de brasileiros que emigraram para o exterior.<sup>10</sup> Ou seja, estamos frente, evidentemente, a uma histeria amedrontada face aos estrangeiros no Brasil, sendo que vivemos atualmente um novo e renovado movimento de emigração que muito provavelmente é maior que todas as entradas de estrangeiros no país.

A ideia de “ajuda humanitária” é um mecanismo que possibilita o seu uso como forma de segregação. “Direitos humanos” são lidos de diferentes maneiras nesse contexto. Para os políticos conservadores, Polícia Federal e Forças Armadas no contexto de Roraima significa “ajuda

---

9 Cf em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45251779> (Acesso em 09/11/2018).

10 Apenas em Portugal, em 2017, foram registradas a entrada de 11574 brasileiros legalmente. Cf em <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf> (Acesso em 09/11/2018). No Japão, entre 2015 e 2018, emigraram 17925 brasileiros, segundo dados do Itamaraty em [http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/estatisticas\\_e\\_bibliografia.xml#estatisticas2017](http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/estatisticas_e_bibliografia.xml#estatisticas2017) (acesso em 09/11/2018). Só o ano de 2015, segundo dados do *US Census Bureau/ American Community Survey* viu a entrada legal de 25766 brasileiros emigrantes (ver em <https://gazetanews.com/comunidade-brasileira-nos-eua-volta-crescer/> acesso em 09/11/2018).



humanitária”, segregação e exclusão da cidade. A saída política articulada por essa ambientação “humanitária”, na qual organizações internacionais têm seu lugar e as organizações civis locais são paulatinamente excluídas, é pura e simplesmente um enrijecimento da política migratória. Podemos dizer que a experiência militar de administração de abrigos por militares em Roraima cria um sistema híbrido de campo de refugiados: um meio termo entre a política tradicional brasileira em relação aos refugiados e as políticas europeias, por exemplo. Esse campo híbrido impõe uma mimetização da ordem militar entre os refugiados, leva a uma sociabilidade especificamente militar, da qual alguns refugiados se aproveitam para melhorar suas condições de vida, mas que é, inevitavelmente uma forma de distanciamento permeada por aproximações casuais e esporádicas. No entanto, essas aproximações esporádicas acabam servindo de paradigma de uma forma de recepção vista como típica dos militares brasileiros, contraposta à forma tensa que esses refugiados enfrentaram na Venezuela (assim como as burocracias das instituições internacionais).

O campo de refugiados híbrido resulta, por fim, numa tentativa de higienização, numa forma de negação da visibilidade da diferença expressa pelos venezuelanos, numa forma de gerenciar tanto esse apagamento em relação à cidade, como de interiorização dessas pessoas, que podemos ver também como um projeto de dissolução da diferença usando como recurso a extensão e tamanho do território e população brasileira. Como um agente de apagamento da diferença, as forças armadas, em acordo com as organizações internacionais, operam até mesmo uma exclusão da própria sociedade civil voluntária de Boa Vista. A questão passa a ser, então, abrigo, interiorização e documentação. Pequenas saídas individuais são construídas nesse embate entre visibilidade e apagamento que as novas políticas oferecem, mas sempre como residuais em relação ao conjunto desse coletivo de venezuelanos em Roraima. Em reportagem recente, sobre o programa “Volta à Pátria”, organizado pelo governo venezuelano para receber emigrantes que decidem voltar, no caso de Roraima, os venezuelanos que retornaram alegavam como um dos principais motivos para deixar o Brasil a “asfixia” que sentiam ao viver nos abrigos das forças armadas.<sup>11</sup>

### **Referências bibliográficas:**

AGAMBEN, G. O campo como paradigma biopolítico do moderno. In *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

---

11 Ver <http://roraimaemtempo.com/noticias-locais/volta-a-patria-mais-de-9-4-mil-venezuelanos-retornaram-a-venezuela-260-de-roraima,286369.jhtml> (acesso em 03/12/2018).

- AGIER, Michel. Humanity as an identity and its political effects (a note on camps and humanitarian government). *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, v. 1, n. 1, p. 29-45, 2010.
- BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, n.1, 2011. p. 13-33.
- DIAS, Guilherme Mansur. Migração e Crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas. Tese de doutorado em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. *Cienc. Cult.* [online]. 2015, vol.67, n.2, pp.25-29.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o Sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992 (1966).
- DUROUX, Rose. Imigração: França/Europa. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 1051-1078
- FASSIN, Didier. Humanitarianism as a Politics of Life. *Public culture*, v. 19, n. 3, p. 499-520, 2007.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado. *Ciência e Cultura*, v. 67, n. 2, p. 20-24, 2015.
- GRASSI, Marie-Claire. Hospitalidade: transpor a soleira. In MONTANDON, Alain (org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Editora Senac, 2011. pp. 45-54
- HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do "Arco Norte". *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 30-34, June, 2015.
- LEVINÁS, Emmanuel. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MALKKI, Liisa H. Refugees and exile: From "refugee studies" to the national order of things. *Annual review of anthropology*, v. 24, n. 1, p. 495-523, 1995.
- MENZ, Georg. The neoliberalized state and the growth of the migration industry. In: SORENSEN, Ninna Nyberg; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas (Org.) *The migration industry and the commercialization of international migration*. London and New York: Routledge, 2013.
- MOREIRA, J. B. Conclusão. In: *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2012.
- PERIN, V. P. O aparato burocrático-administrativo e assistencial-humanitário de governo: um "campo de refugiados sem cercas". In: *"Um campo de refugiados sem cercas": etnografia de um*

- aparato de governo de populações refugiadas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- PION-BERLIN, David. Cumprimento de missões militares na América Latina, *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.627-643: jul/dez 2012
- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 35-39, Junho, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. Who Is the Subject of the Rights of Man?. *South Atlantic Quarterly*, v. 103, n. 2-3, p. 297-310, 2004.
- SANTOS, Sandro Almeida. Hospitalidade. in CAVALCANTI, Leonardo et ali. *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: EdUnb, 2017. pp. 379-384
- SILVA, Sidney et ali. *Diagnóstico da migração venezuelana indígena para Manaus, Brasil*. Brasília: OIM, 2018.
- SORENSEN, Ninna Nyberg; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas (Org.) *The migration industry and the commercialization of international migration*. London and New York: Routledge, 2013.
- VASCONCELOS, Iana dos Santos. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 135-151.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.